

PARQUES URBANOS: MEIO DE INTERAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

Júlio Cesar Botega do Carmo¹

Resumo: Nesta pesquisa, busca-se discutir como usuários do Parque Barigui, em Curitiba, Paraná, interagem com o espaço do parque e qual a imagem que este remete a eles. Compreendemos que os parques urbanos nascem a partir do século XIX, da necessidade de dotar as cidades de espaços adequados para atender a uma nova demanda social: o lazer, o tempo do ócio e para contrapor-se ao ambiente urbano. Os parques ao longo destes dois séculos acompanharam as mudanças da cidade, retratando os valores sociais e culturais das populações urbanas, mantendo suas principais referências inalteradas embora o seu entorno tenha se transformado devido às modificações nas estruturas urbanas. Assim, buscamos entender o que faz pessoas de diversas partes da cidade se deslocarem até o parque, localizado na zona oeste de Curitiba, e qual a imagem que o local transmite, o que mais marca, bem como qual a utilidade deste espaço para elas.

Palavras-Chave: Parques urbanos; Curitiba; Análise Socioambiental.

URBAN PARKS: A MEANS OF ENVIRONMENTAL INTERACTION

Abstract: In this research, we discuss how users of Barigui Park in Curitiba, state of Paraná, interact with the space of the park, and what image it evokes in them. We understand that city parks appear in the nineteenth century, fulfilling the need to provide adequate spaces for the cities to meet new social demands: free time, leisure, and opposition to an all-urban environment. Over the last two centuries, parks followed the changes of cities, reflecting social and cultural values of urban populations, and maintaining its main references unchanged although their surroundings have been transformed due to changes in urban structures. We seek to understand what makes people from different parts of the city go to the park, located in the west region of Curitiba, as well as what image the place evokes in those people, what they think is more remarkable about it, and what is the value of the space for them.

Keywords: urban parks; Curitiba; socio-environmental analysis.

¹ Mestre em Geografia – UFPR. Professor da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Rua Dr. Bley Zornig, 3472, Boqueirão, Curitiba (PR). e-mail: juliobotega@yahoo.com.br.
Estudos Geográficos, Rio Claro, 9(2): 52-72, jul./dez., 2011 (ISSN 1678—698X)
<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

INTRODUÇÃO

Conhecer a percepção das pessoas sobre o espaço que utilizam deve ser o início de qualquer projeto que se queira construir ou implantar em uma cidade. Contudo, o planejamento e criação de áreas verdes nem sempre obedeceu esta tônica. Portanto aqui, buscamos estabelecer parâmetros para caracterizar se o Parque Barigui, na cidade de Curitiba, estado do Paraná, corresponde aos anseios dos usuários, remetendo estes ao conforto natural e correspondendo as funções de um parque urbano.

Como demonstra Fiori *et. al.* (2004):

Tem sido mostrado que em níveis sociocultural e de conforto psicológico o homem necessita se identificar com um território e um grupo social imediato à sua residência. Toda cidade deve ser um conjunto perceptível das partes conformando um todo coerente. Cada parte, cada bairro, cada comunidade, com sua identidade própria, sua história e suas características. (FIORI *et. al.*, 2004, p.2)

Partindo desta premissa e com base em densa bibliografia sobre o tema, o artigo buscará apontar como os parques urbanos devem contribuir para a integração social e maior participação pública nas políticas de planejamento e gestão.

Os parques são alguns dos locais mais democráticos que existem nas cidades. É onde as classes sociais se encontram e se misturam, em busca de lazer e qualidade de vida. Porém, a maior parte dos parques, geralmente, encontra-se nas áreas nobres das cidades, excluindo parcela significativa da população dos benefícios propiciados por estes meios de integração social.

As razões históricas deste processo serão apontadas, bem como as diretrizes para amenização destes problemas, pois sabemos que a criação de áreas verdes:

[...] está diretamente relacionada com a qualidade de vida das pessoas, com o aumento da biodiversidade, com a preservação das espécies e também com o bem estar físico e psíquico do ser humano. (FIORI *et al*, 2004, p.4).

No presente trabalho, buscamos discutir como usuários do Parque Barigui interagem com o espaço do parque e qual a imagem que este remete aos seus frequentadores. Compreendemos parques urbanos como “um produto da cidade na era industrial”, conforme Kliass, (2003, p.7). Ainda segundo a autora, os parques nascem “a partir do século XIX, da necessidade de dotar as cidades de espaços adequados para atender a uma nova demanda social: o lazer, o tempo do ócio e para contrapor-se ao ambiente urbano.” (KLIASS, 2003, p.7) Os parques ao longo destes dois séculos acompanharam as mudanças urbanísticas da cidade, retratando os valores sociais e culturais das populações urbanas, mantendo suas principais referências inalteradas, embora o seu entorno tenha se transformado devido às modificações nas estruturas urbanas.

Percebe-se, portanto, que a imagem projetada pelos parques urbanos na mente das pessoas está intimamente ligada à noção de cidade, sendo aquela parte importante desta, e por isso alvo de estudos e pesquisas, pois “Todo o cidadão

possui numerosas relações com algumas partes da sua cidade e a sua imagem está impregnada de memórias e significações.” (LYNCH, 1980, p.11).

Partindo da premissa de que os frequentadores do parque possuem relações com esta parte da cidade, buscamos entender o que faz pessoas de diversas partes da cidade se deslocarem até o parque, localizado na zona oeste de Curitiba, e qual a imagem que o local transmite a estas pessoas, o que mais as marca, bem como qual a utilidade deste espaço para os seus usuários.

Conforme aponta DOBROWOLNY (1985):

A importância sempre maior que os ‘problemas ambientais’ apresentaram nessas últimas décadas aumentou a necessidade de adquirir maiores conhecimentos sobre as relações complexas que regulamentam as conexões do homem com seu ambiente físico. (DOBROWOLNY, 1985, p. 163)

Aí reside a importância deste trabalho.

MÉTODOS

Para o desenvolvimento desta pesquisa, fez-se necessário a compreensão e utilização de conceitos e teorias ligados a ciência, viabilizando o aprofundamento teórico no tema através de determinada ótica. Os métodos utilizados estão ligados, sobretudo à vertente sociocultural da Geografia, em especial a Geografia Humanística e da Percepção.

Conforme Kozel (2001) “a noção de Geografia Cultural surge, em 1880, com os geógrafos alemães e americanos que utilizam o termo ‘cultural’ para designar o que não era natural no estudo da paisagem” (KOZEL, 2001, p.146). Ainda segundo a autora, a natureza desta vertente na ciência geográfica é muito complexa, assim como o olhar dos que se propõe a estudar questões relativas a esta temática, devido principalmente ao desenvolvimento desta perspectiva ter se dado concomitantemente na França, Alemanha e Estados Unidos (KOZEL, 2001).

Esta maneira de se desenvolver pesquisas envolve, sobretudo, o olhar do observado, bem como do observador, ambos como elementos sociais, estabelecendo relações e produtos culturais (KOZEL, 2001). Sob esta ótica, o relacionamento com a natureza, alvo deste trabalho, é a paisagem, a maneira como o homem vê esta natureza que o cerca e como esta se torna espaço de relações e trocas sociais e ambientais.

Acreditamos, sobretudo, ao escolher esta perspectiva, que “a ação humana está além das padronizações e merece ser estudada, para que seja possível entender as diferentes formas de organização do espaço” (KOZEL, 2001, p.146), utilizando-se para isso das representações mentais do homem, estando este no centro da análise e sendo objeto da mesma.

A GEOGRAFIA HUMANÍSTICA

É uma das vertentes da Geografia Sociocultural, propondo-se, sobretudo, ao resgate do homem e de seus valores. Busca compreender o homem de uma maneira holística, dando valor tanto ao homem racional como aos sentimentos

deste, resgatando sua autenticidade, que outrora foram desvirtuadas pelo cientificismo e racionalismo (KOZEL, 2001).

Segundo TUAN (1976), a Geografia Humanística “reflete sobre os fenômenos geográficos com o propósito de alcançar melhor entendimento do homem e de sua condição” (TUAN, 1976, p. 143). Ainda para este autor, “A perspectiva humanista focaliza-se sobre as atividades e os seus produtos que são distintivos das espécies humanas” (TUAN, 1976, p. 143).

Para o autor,

A contribuição da Geografia Humanística para a Ciência está na revelação de materiais dos quais o cientista, confinado em sua própria estrutura conceitual, pode não estar consciente. O material inclui a natureza e a gama da experiência e pensamentos humanos, a qualidade e a intensidade de uma emoção, a ambivalência e a ambiguidade dos valores e atitudes, a natureza e o poder do símbolo e as características dos eventos, das intenções e das aspirações humanas. (...) Um dos papéis do geógrafo humanista é o de um agente intelectual; toma essas pepitas de experiência como capturadas na arte e decompõe-nas em temas mais simples que podem ser sistematicamente ordenados. Uma vez que a experiência seja simplificada e dada uma estrutura explícita, seus componentes podem produzir uma explanação científica. (TUAN, 1976, p. 159)

Esta vertente liga diretamente o homem aos processos, relações e produtos decorrentes da valoração humana das paisagens. Esta maneira de se pensar e se fazer ciência ajuda a compreender que é impossível ao pesquisador manter-se neutro em relação aos pesquisados, bem como aos dados fornecidos por estes.

A seguir será explanado sobre a Geografia da Percepção, muitas vezes confundida com a Humanística pela maneira como se faz sua abordagem, entretanto, diferem em alguns pontos. É no entrelaçamento destas duas correntes que se chegará aos conceitos e métodos utilizados nesta pesquisa.

A GEOGRAFIA DA PERCEPÇÃO

Segundo Kozel (2001, p. 150), “a geografia da percepção ruma ao entendimento dos processos pelos quais as pessoas atribuem significados ao meio ambiente, apresentando-se como uma interface.”

Portanto, como pode se observar pesquisador e pesquisado fazem parte do mesmo processo, o processo de construção mental da paisagem e da análise. O pesquisador analisa os dados segundo a sua necessidade.

Conforme apontam Albuquerque e Lage (2005, s.p.), a Geografia da Percepção busca compreender “como os indivíduos percebem e compreendem o mundo em que vivem.” Lynch (1980, p.11) diz que “todo cidadão possui numerosas relações com seu espaço cotidiano e sua imagem está impregnada de significações”. Tuan (1983) sugere que quando essas relações são positivas podem aflorar a topofilia, que corresponde ao sentimento de familiaridade e apego ao lugar, mas quando são negativas podem suscitar a topofobia, que se relaciona a repulsa ao lugar. Assim, as interpretações realizadas acerca do espaço vivenciado, podem contribuir para diagnosticar as ideias que um grupo possui de um lugar, sendo

possível implementar intervenções condizentes com as necessidades apreendidas.” (Albuquerque e Lage, 2005, s.p.).

A DEMOCRATIZAÇÃO DO ESPAÇO

Por muito tempo as relações entre o ambiente natural e o construído foram vistas sob o prisma do conflito. A ideia da separação, do confronto, da subjugação do ambiente natural frente à vontade criadora e construtora do homem foi uma constante. Mesmo as correntes de arquitetos que aparentemente valorizavam os espaços verdes não conseguiam perceber que a cidade de concreto, asfalto e vidro, na verdade, não constituía um ente separado da natureza, mas natureza transformada, um novo ecossistema integrado, modificado, diferente do ambiente natural, mas não fora deste, não imune aos seus ciclos, dinâmicas e reações (SIRKIS, 2003).

Alguns consideram as cidades como ecossistemas por estarem sujeitas aos mesmos processos que operam em sistemas silvestres. Outros argumentam que a despeito de as cidades possuírem algumas características encontradas em ecossistemas naturais, não podem ser consideradas ecossistemas verdadeiros, devido à influência do homem. O fato é que se definirmos ecossistema como um conjunto de espécies interagindo de forma integrada entre si e com o seu ambiente, as cidades certamente se encaixam nesta definição (JACOBI, 2004).

A ideia da cidade como ecossistema também é defendida por SIRKIS (2003) que diz:

Não se trata, simplesmente, da constatação de que devemos preservar espaços verdes nas cidades, o que é reconhecido até em propostas urbanísticas essencialmente antiecológicas, mas de assimilar que as cidades elas próprias constituem um ecossistema. (SIRKIS, 2003, p.217)

Os séculos XIX e XX marcam diferenciadamente, através da produção, das técnicas, das indústrias e mesmo da cultura, a incorporação da natureza à vida social. O grande avanço tecnológico permitiu à sociedade ser capaz de mudar algumas características essenciais da natureza, colocando-a cada vez mais imbricada com o homem, incorporando-a cada vez mais ao espaço geográfico, entendido como produto social. A modificação do mundo natural em território humano, legitimada pelas necessidades, requerimentos, desejos e esperanças dos homens, pode ser vista tanto como um projeto de emancipação coletiva, como pela realização do conforto na vida individual. O avanço técnico transforma a Natureza em algo cada vez mais social do que natural, onde o processo histórico-social passa a controlar, incorporar e produzir naturezas, imbuídas de qualidades humanas (HENRIQUE, 2003).

O assunto verde urbano tem demonstrado ser inesgotável. A falta de técnicos atuando na área, o desconhecimento de regras básicas, a participação coletiva e a pouca importância dada por algumas administrações, fortalecem a necessidade de explorar e fortalecer o tema. Talvez essa situação ocorra porque o homem se satisfaça, tão somente com o que restou da paisagem natural (que não se preocupa em preservar) ou por questões culturais, cujos valores não incluem a

presença de vegetação na malha urbana e, por conseguinte, no seu dia a dia (SANTOS, 2002).

Conforme afirma NUCCI *et al.*(2003)

é evidente a preocupação geral em se conservar a natureza em áreas urbanas. Para tanto, são necessárias pesquisa que forneçam métodos, técnicas e indicadores para avaliação da paisagem urbanizada objetivando-se a conservação da natureza. (NUCCI *et al.*, 2003, s.p.).

Sinônimo de qualidade de vida e desenvolvimento humano, a conservação da natureza em grandes centros é hoje um ponto central nas discussões e decisões, sejam estas de ordem pessoal ou coletiva. O verde passa a ser reconsiderado a busca pela essência que nos liga a natureza e nos faz preservá-la é cada dia mais presente em nosso cotidiano.

Na atualidade, a discussão sobre a necessidade da conservação das áreas naturais que ainda restam é primordial. Saber estabelecer as diferenças entre onde se conservam essas áreas dentro do perímetro urbano é ainda mais que isso, é muitas vezes o que traz reconhecimento aos locais que se preocupam em preservar.

O ESPAÇO URBANO

A morfologia urbana pode ser captada e analisada de muitas maneiras, porém todos os métodos e abordagens levam a um senso comum: o da leitura e compreensão dos elementos que compõem as partes da cidade para a estruturação do todo. Dentro dessa perspectiva as teorias apresentadas passam a atuar como caminhos que se complementam e que possibilitam análises urbanas dentro de um processo organizado e testado em realidades diversas. Todos os autores analisam a configuração física da cidade e também consideram os aspectos cognitivos na percepção da paisagem. O ponto culminante é a busca pela identidade e a definição de uma imagem para a cidade levando em conta a história, as transformações ocorridas com o tempo e a memória que a cidade guarda.

Numa tentativa de tornar o desenho da cidade mais humano um grupo de professores da “Oxford Polytechnic” apresentou um conjunto de aspectos que podem servir de instrumentos para viabilizar a criação de uma paisagem mais adequada às reais necessidades dos moradores da cidade. Tais aspectos estão representados em um diagrama de sete pontas com uma integração promovida pelo elemento central que é a vitalidade. Qualidades como permeabilidade, variedade, legibilidade, versatilidade, personalização, riqueza visual e imagem apropriada são atributos considerados imprescindíveis na concepção do espaço urbano para torná-lo mais humano e compreensível.

Figura 01 – Diagrama de Vitalidade do espaço urbano



Fonte: Bentley *et al*, 1999, p.9.

NATUREZA E CIDADE

Com a descoberta da América e o surgimento de novas cidades, a bagagem estética do renascimento foi inserida nos ambientes climaticamente hostis e completamente inapropriados. O baixo custo dos combustíveis fósseis junto com um equivocado sentido de orgulho cívico, ou expressão de poder, tem permitido a sobrevivência de tal modelo (HOUGH, 1998).

O desenho da cidade pré-industrial era construído e funcionava com base na energia solar. A energia armazenada era limitada e só era disponível na matéria orgânica, na água corrente e na luz solar. As variações do clima, a topografia, os solos e o abastecimento de água configuravam o traçado das cidades.

Os espaços ao ar livre eram funcionais, sendo utilizados para a produção de frutas e vegetais. O campo público e o pátio das igrejas proporcionavam ervas e eram mantidos em bom estado pelo gado. Os agrupamentos de casas ao redor dos pátios se estabeleciam com base na necessidade funcional de conservar o calor, minimizar os efeitos do vento e proporcionar luz solar e espaço.

Já na cidade contemporânea há falta de conexões visuais com o campo. Parece haver um caráter exclusivo da relação entre a cidade e o campo, existindo também um copioso emprego de energia.

A fim de se discutir a relação natureza – cidade, partimos da ideia de que vida urbana separada dos processos naturais é destrutiva. A criação de áreas de conservação da natureza no meio urbano está ligada ao bem estar humano, geralmente condicionadas pela procura de se criar novas paisagens que gerem modos de vida saudáveis e que não se limitem a remediar os males da cidade.

Percebe-se nos últimos anos o surgimento de uma consciência de que os processos naturais e os assuntos humanos são questões inseparáveis. Contudo, os valores tradicionais do desenho que foram conformando a paisagem física de nossas cidades têm contribuído muito pouco com a saúde ambiental e a sua concepção como lugares civilizados e enriquecedores de vida. (HOUGH, 1998)

Em nossa sociedade, há uma nítida separação entre os valores ambientais da cidade e do campo, o que acaba sendo reforçado pela velocidade de circulação de bens e informações, aprofundando a oposição entre os dois meios.

O ambiente urbano tem sido formado por uma tecnologia cujos fins são mais econômicos do que ambientais ou sociais. Contudo, no planejamento das cidades são sugeridos alguns princípios básicos derivados da aplicação da ecologia aos métodos de design; estes princípios se constituem em marcos de referência do debate sobre o ambiente físico e social da cidade.

As disciplinas responsáveis pela forma da cidade têm muito pouco a ver com as ciências naturais ou com os valores ecológicos, sobretudo as ciências que tem como foco a paisagem da cidade, a qual pode subdividir em formal e natural.

A paisagem formal possui pouca conexão com a dinâmica dos valores naturais, sendo considerada como uma expressão de esmero, estética e civismo. Esta paisagem requer muita energia, tecnologia e engenharia. O desenho da paisagem formal independe do lugar, podendo ser encontrada em qualquer.

A paisagem natural, contudo representa a vitalidade dos processos naturais e sociais que, mesmo alterados, atuam na cidade (potencial ecológico), geralmente considerada como terreno baldio, abandonado, necessitando de renovação urbana.

A diversidade de paisagens é ecológica e socialmente necessária para a saúde e qualidade de vida urbana, todavia, todos os esforços se dirigem para o esmero com a paisagem urbanizada e supressão do natural.

A fim de compreendermos o ambiente urbano, devemos primeiramente refletir sobre os valores da nossa sociedade. Quais são os lugares da cidade que precisam de reabilitação? As paisagens fortuitas fruto da atuação das forças urbanas e naturais ou as paisagens formais criadas pelo desenho?

PARQUES URBANOS E INTERAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

Abordaremos a conceituação de interação socioambiental sob a ótica da corrente de estudiosos da Geografia que se dedicam a este tema. Segundo Mendonça (2001)

Nos últimos quarenta anos a noção de ambiente tem inserido, paulatinamente, a dimensão social, pois a crise ambiental contemporânea não pode mais ser compreendida e nem resolvida segundo perspectivas que dissociam sociedade e natureza. (MENDONÇA, 2001, p.115)

Portanto, os estudos relacionados ao meio ambiente, em especial no caso da Geografia, incluem em seu amplo leque de assuntos a perspectiva social, ou seja, a perspectiva humana. É uma mudança importante no modo de se pensar as relações homem/natureza, pois passam a serem postos estes dois universos, antes antagônicos, como atores constituintes de um mesmo processo (MENDONÇA, 2001), passando a natureza a ter a escala do homem e este a escala da natureza.

O antes isolado termo “ambiental” passa a ser acompanhado do prefixo “sócio”, para “ênfatisar o necessário envolvimento da sociedade enquanto sujeito, elemento, parte fundamental dos processos relativos à problemática ambiental contemporânea” (MENDONÇA, 2001, p 126). Ainda segundo o autor:

A importância atribuída à dimensão social desses problemas possibilitou o emprego da terminologia socioambiental, e este termo não explicita somente a perspectiva de ênfatisar o envolvimento da sociedade como elemento processual, mas é também decorrente da

busca de cientistas naturais por preceitos filosóficos e da ciência social para compreender a realidade numa abordagem inovadora. A abertura observada no âmbito da ciência social para o envolvimento da dinâmica da natureza integrante da complexidade da sociedade, ainda que bem menos expressiva que no caso anterior, também impulsiona a constituição da compreensão socioambiental da realidade. (MENDONÇA, 2001, p. 126)

Portanto, a partir do momento que a ciência e principalmente o homem passam a se ver como atores constituintes, junto à natureza, de um mesmo processo, ele passa a respeitar seu entorno e por consequência melhora sua qualidade de vida.

Quanto aos parques urbanos, os consideramos neste trabalho como o resgate da natureza, de valores ligados ao campo, até mesmo ao espaço rural, constituídos como lócus da preservação destes no seio da cidade. Antes de ser um elemento constituinte da paisagem urbana, os parques urbanos são locais de proteção de espécies vegetais e animais, córregos de rios e mananciais.

Sendo a cidade a expressão máxima de impacto do homem sobre a natureza (ANDRADE, 2001) fez-se necessário que se criassem áreas para a conservação de remanescentes florestais, sobreviventes da intensa exploração humana sobre o solo urbano e as áreas que deste estão próximas ou contíguas.

Os parques urbanos surgiram na Inglaterra (no final do século XVII), quando as cidades atraíam as classes altas. Até então só haviam praças residenciais ajardinadas e privadas.

A evolução dos parques públicos, nas crescentes cidades da Europa e Estados Unidos durante o século XIX teve força no movimento romântico. Foram criados com a convicção de que a natureza deveria entrar na cidade para melhorar a saúde das pessoas proporcionando espaços para exercícios e relaxamento. Acreditava-se que a oportunidade de contemplar a natureza melhoraria os costumes morais.

São exemplos de parques urbanos criados neste primeiro momento o Royal Park, em Londres, o Central Park em Nova York, o Boston Commons e o Mount Royal em Montreal.

No século XIX, com a contínua expansão da cidade, houve uma diminuição da prioridade concedida aos parques.

PARQUES URBANOS COMO LÓCUS DA INTERAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

No presente estudo, como já dito, será verificado como os parques urbanos configuram-se como meio de interação entre a natureza e a sociedade. Os parques urbanos são frutos da cidade pós-revolução industrial, que começou a aglomerar em número crescente a população dos países. Fez-se necessário a construção de espaços em contraposição ao cinza citadino, que religasse o homem saído do campo à natureza, onde os habitantes da urbe pudessem usufruir de seu tempo de ócio num local que fosse a antítese de tudo aquilo que ele estava acostumado a ver no seu dia a dia.

A interação socioambiental, como visto, dá-se quando a natureza e a sociedade são concebidas como partes de um mesmo processo. Portanto, parques naturais, não somente os urbanos são o resgate ou continuidade da natureza pelo

homem, de maneira que ambos interagem, estabelecem trocas e o homem pode usufruir de espaços cada vez menores, mais raros e para os quais a cada dia que passa parece poder desfrutar menos.

Sendo assim, por excelência, acreditando que a cidade é a maior intervenção humana sobre o espaço e que os parques (e demais áreas verdes) são a maneira encontrada pelas administrações locais e pela população em geral para amenizar problemas e elevar o nível da qualidade de vida, chega-se a conclusão que estas áreas verdes, são o lócus de interação socioambiental mais acentuada, pois encontram-se mais próximas da maior parte da população mundial, população esta que se concentra em grandes centros urbanos, e não mais no campo como no início do século passado.

ESTUDO DE CASO

Este estudo é mais um entre tantos outros que buscam descrever a percepção de partes do espaço cotidiano das pessoas e suas inter-relações. Conforme afirma Souza (1996),

Tais estudos tem procurado avaliar as leituras perceptivas que os habitantes fazem dos espaços urbanos, através do pressuposto básico da existência de uma representação mental interna inerente a todo indivíduo, que lhe possibilita além da percepção imediata multissensorial do ambiente, acrescentar-lhe significado e valores que formarão sua avaliação ambiental e o conduzirão, conseqüentemente, às ações, comportamentos do indivíduo no ambiente, formando assim um completo processo de cognição ambiental. (SOUZA, 1996, p.2)

Trabalhou-se com o mapeamento cognitivo dos transeuntes do parque, baseando-se novamente em SOUZA (1996), que diz:

Entende-se mapeamento cognitivo como um processo interno a todo indivíduo onde se forma a representação mental das informações provenientes do ambiente físico externo (captado através da percepção) dentro do processo mais amplo da cognição ambiental. (SOUZA, 1996, p.2)

Para realização do trabalho, precisamos ter bem claro que:

Desprovido de preconceitos, os geógrafos estudam os significados que os homens atribuem aos espaços e lugares para compreender suas necessidades e alegrias e, só então, estabelecer uma ação que influenciará na construção de um espaço mais humano. A sua principal ferramenta de trabalho é a experiência vivida (AMARAL, 2001, p. 61).

Ou seja, não buscamos realizar juízo de valor sobre as informações fornecidas, mas sim transformá-las em dados que busquem explicar um fenômeno que ocorre na cidade de Curitiba, ou seja, a atração que o Parque Barigui exerce sobre os habitantes da cidade.

Como já dito, segundo o método de abordagem, utilizamos os pressupostos da Geografia Humanística. Segundo AMARAL (2001),

A Geografia Humanística posiciona-se contra a sistematização do pensamento e a tendência de reduzir o mundo as leis (...). Em lugar disto, procura tomar conhecimento da existência de cada homem em sua relação com o mundo. Propõe a reflexão e a interpretação do ambiente, reconhece e valoriza a riqueza do pensamento humano, já que entende que todo o conhecimento advém da experiência e não se pode separá-los. (AMARAL, 2001, p. 13)

Explicados os fundamentos teóricos, partiremos para a descrição e contextualização da cidade, do parque e de seus usuários.

A CIDADE NO CONTEXTO

Curitiba é uma cidade reconhecida internacionalmente como ícone de preservação e conservação da natureza, fatores ligados diretamente ao elevado grau da qualidade de vida de seus habitantes em relação à média brasileira.

Seus parques, em boa parte dos casos, são frutos de uma política de cunho ecológico-humanista, onde se buscou revitalizar áreas de fundo de vales, potencialmente aptas à ocupação irregular, bem como de áreas de pedreiras e com outros usos.

Indicada pela ONU para diversos prêmios internacionais, as questões urbanas na cidade são ponto de pauta dos políticos e a maneira como isso se dá pode-se dizer até certo ponto satisfatória. Não queremos aqui falar que Curitiba não possui problemas ecológicos. Estes existem e são graves. Entretanto, a área estudada, por ser considerada “área nobre” da cidade, acaba por passar uma imagem de inexistência de problemas, imagem esta que é corroborada pela mídia e pelo governo municipal.

Os resultados quanto à conservação da natureza em Curitiba vêm da aproximação teórica com leis que regem a conservação do verde público na cidade. Na metade do século, em 1953, a administração municipal de Curitiba já era obrigada por lei a arborizar os logradouros públicos e não podia abrir ruas ou implantar praças em locais que pusessem em risco quaisquer reservas arborizadas. O código que regulava a vida dos habitantes de Curitiba, em 1953, já proibia soltar balões, matar pássaros, arrancar árvores, colocar anúncio nas colinas do município, jogar lixo na rua, produzir ruídos excessivos e depositar objetos na via pública. (IPPUC, 1992).

Em 1988, a aprovação de uma lei complementar à de 6840/1986 determinou à Secretaria Municipal do Meio Ambiente a tarefa de plantar árvores, arbustos, e vegetação rasteira nas faixas não edificáveis dos fundos de vale. Esta foi uma forma encontrada para proteger estes locais, que se transformaram em áreas verdes equipadas para o lazer.

Sinônimo de qualidade de vida e desenvolvimento humano, a conservação da natureza em grandes centros é hoje um ponto central nas discussões e decisões, sejam estas de ordem pessoal ou coletiva. O verde passou a ser reconsiderado a busca pela essência que nos liga a natureza e nos faz preservá-la é cada dia mais presente.

Curitiba é uma das cidades brasileiras com maior área verde por habitante - 55,09m² em aproximadamente 81 milhões m². Cidade pioneira na implantação da coleta seletiva de lixo no País, Curitiba hoje separa 13% de seu lixo e ocupa também o primeiro lugar entre as quatro cidades brasileiras que já separam o lixo reciclável biodegradável.

A preservação das áreas verdes é um instrumento importante da política municipal de meio ambiente e saneamento. As áreas verdes (parques, bosques, jardins e praças) preservadas dentro do perímetro urbano são frequentados por mais de 150 mil pessoas nos finais de semana. Estas opções de lazer representam qualidade de vida e principalmente o equilíbrio das relações da cidade com o seu meio ambiente. A maioria dos parques de Curitiba, chamados de parques lineares, foi implantada ao longo dos rios e em fundos de vale. Funcionam como uma espécie de barreira para impedir a ocupação indevida dessas áreas, sujeitas a enchentes, e para livrar os rios e córregos do risco de se tornarem depósitos de lixo.

O interesse da população em preservar o meio ambiente aumenta proporcionalmente aos benefícios gerados pelos programas ambientais. A qualidade dos parques municipais, junto com os programas de educação ambiental e de reciclagem de lixo, fizeram Curitiba merecer o título de Capital Ecológica do Brasil. Em 1990, Curitiba recebeu da ONU o prêmio máximo do meio ambiente: o United Nations Environment Program - UNEP.

Adaptando-se aos novos tons da “modernidade urbana”, Curitiba foi apresentada pela municipalidade em 1992 como uma verdadeira “capital ecológica”. O paradigma da modernidade urbana, que havia norteado o planejamento urbano até então, incluía agora em seu ideário a questão ambiental. No interior de um ambicioso programa municipal, o “urbanismo” transformava-se em “urbanismo ecológico” (OLIVEIRA, 2001).

Conforme afirma MOURA(2001):

O aprimoramento do discurso que lhe dá sustentação (a Curitiba), tendo-se apropriado mais recentemente da preocupação ambiental, fez com que não apenas fosse internacionalizado o seu planejamento e a sua gestão urbana, como a sua preocupação quanto à adequação de estratégias que se pretendem voltadas para a sustentabilidade. (MOURA, 2001, p. 230)

Para esta autora, os parques e bosques curitibanos não constituem espaços de preservação da natureza, mas sim a única política municipal para combater ocupações inadequadas, sendo os parques curitibanos “*parques de paisagem*”, que não guardam relações com o ecossistema.

A cidade de Curitiba possui um extenso número de parques, sendo que o primeiro foi instituído no ano de 1886, visando conter as enchentes e alagamentos próximos ao Rio Belém na região central da cidade. Segue o nome dos parques curitibanos, bem como o ano em que foram instalados.

Tabela 01: Parques curitibanos e ano de implantação

Parque	Ano de implantação
Passeio Público	1886
Barigui	1972
São Lourenço	1972
Barreirinha	1972
Iguaçu	1978
Bacacheri	1988
Das Pedreiras	1990
Jardim Botânico	1991
Passaúna	1991
Tropeiros	1994
Diadema	1994
Caiuá	1994
Tingui	1994
Tanguá	1996

Fonte: ANDRADE, R. V. 2001

O autor utilizou como fonte para formulação desta tabela quatorze parques para o ano de 2001, entretanto, em 2005 a cidade já apresentava 17 parques (acrescentando-se Cajuru (2003), das Nascentes (2001) e Atuba (2004)) (IPPUC, 2006).

O PARQUE BARIGUI

O nome Barigui tem origem indígena e significa "rio do fruto espinhoso", em alusão às pinhas das araucárias nativas, ainda remanescentes. O lugar, uma antiga "sesmaria" pertencente a Martins Mateus Leme, foi transformado em parque em 1972 pelo então prefeito Jaime Lerner. Por sua localização, próximo ao centro da cidade, e sua infraestrutura, o Barigui é o parque mais frequentado de Curitiba.

Além de refúgio para animais, o parque é também a grande área de preservação natural da região central da cidade. Seus bosques ajudam a regular a qualidade do ar, enquanto que o seu lago, ajuda a conter as enchentes do Rio Barigui, que, antigamente, eram comuns em alguns trechos da parte mais baixa de Curitiba (figura 1).

O Parque Barigui, assim como os demais parques da cidade, faz parte de uma política municipal de preservação de fundos de vale. O objetivo é evitar o assoreamento e a poluição dos rios através de monitoramento, proteger a mata ciliar, bem como impedir a ocupação irregular das suas margens, tornando estas áreas abertas à população na forma de parques.

Dentro da área do parque, com acesso pela Av. Manoel Ribas, está a sede da Secretaria Municipal do Meio Ambiente. Uma academia de ginástica foi implantada em uma antiga olaria existente no parque, hoje administrada pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer. Também uma casa histórica foi readequada para instalação de um Bistrô, dirigido pela Fundação de Ação Social. Já

o Salão de Atos tem sua coordenação feita pelo Instituto Municipal de Administração Pública – IMAP.

No Parque Barigui, a população encontra também diversas opções de lazer, seja na prática de esportes, no churrasco de domingo, nas feiras do pavilhão de exposições, no Museu do Automóvel ou, simplesmente, nas caminhadas por um dos circuitos a beira do lago, como se pode observar na figura 2 (CURITIBA, 2006).

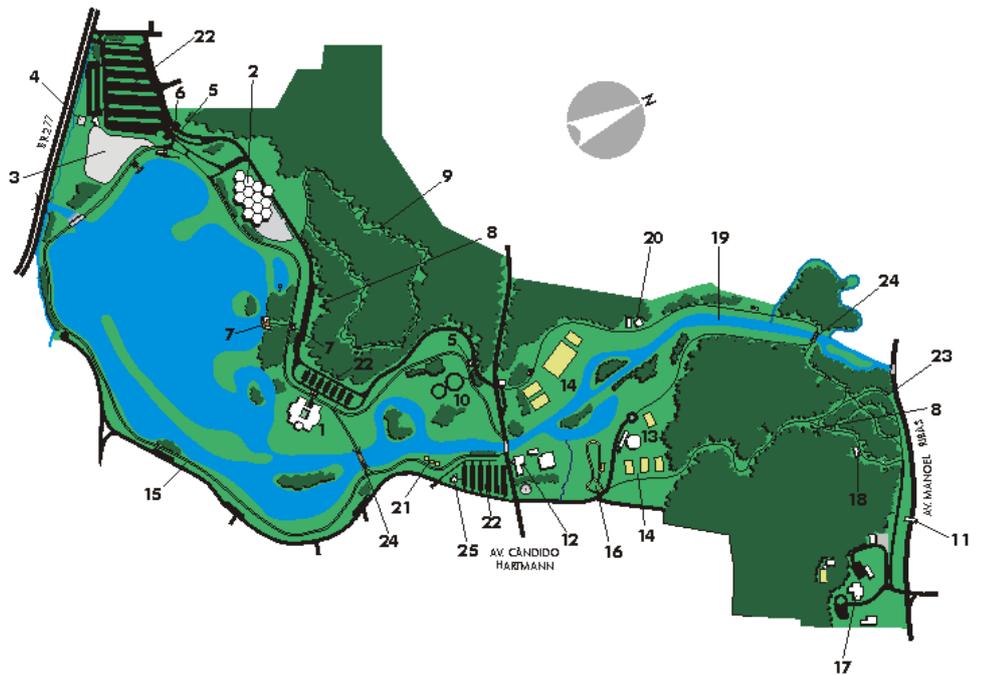
Figura 2: Parque Barigui



Fonte: CURITIBA, 2006.

Figura 3: Croqui do Parque

- 1 – Salão de Atos / restaurante
- 2 – Pavilhão de exposições
- 3 – Parque de diversões
- 4 – Heliponto
- 5 – Sanitários
- 6 – Portal
- 7 – Lanchonete
- 8 – Churrasqueiras
- 9 – Trilha com obstáculos
- 10 – Pista de patinação
- 11 – Portal de Santa Felicidade
- 12 – Museu do Automóvel
- 13 – Academia de ginástica /lanchonete
- 14 – Canchas esportivas
- 15 – Pista de caminhada / ciclovia
- 16 – Pista de bicross
- 17 – Secretaria Municipal do Meio Ambiente
- 18 – Sede dos escoteiros
- 19 – Rio Barigui
- 20 – Sede de manutenção
- 21 – Equipamentos de ginástica
- 22 – Estacionamento
- 23 – Trilhas
- 24 – Ponte
- 25 – Bistrô



Fonte: IPPUC, 2006

DADOS E ANÁLISES

Em uma tarde de domingo, 18 de junho de 2006, se realizou a pesquisa no parque Barigui sobre a percepção que os visitantes possuem do local. Para tanto, elaborou-se um questionário com quatro perguntas, número que julgamos adequado ao cumprimento do objetivo, além de não causar desconforto aos que se dispuseram a responder.

As perguntas que faziam parte do questionário foram feitas nesta ordem:

- 1) Qual a sua idade?
- 2) Em que bairro mora?
- 3) Por que veio ao parque?
- 4) Qual é a imagem que lhe remete ao parque?
Para as crianças, entretanto, a última pergunta foi modificada para:
- 5) O que mais gosta no parque?

Os resultados que obtivemos estão descritos abaixo. Agrupamos as respostas pela idade das pessoas entrevistadas, para efeito de comparação. O primeiro grupo é formado por pessoas de até 11 anos, o segundo até 20, o terceiro até 30 e o último acima de 30.

Dados do primeiro grupo:

- Uma menina de três anos mora no bairro Capão Raso, vai ao parque para passear, o que ela mais gosta no parque são as aves.

- Uma menina de cinco anos, moradora também do bairro Capão Raso, vai ao parque para passear e o que ela mais gosta é o parque de diversões.
- Uma garota de 11 anos moradora do bairro Campo Comprido visita o parque para se divertir. O rio é a melhor representação do local.

As crianças, levadas pelos seus pais ao parque, gostam de passear e se divertir, os pedalinhos em forma de patos que circulam pelo lago, os pássaros que habitam o lago, chamaram a atenção da menina de três anos. Já para a de cinco, o parque de diversões chama mais atenção. A pré-adolescente de 11 anos tem como imagem do parque o lago, a representação mais próxima dos adultos.

Dados do segundo grupo:

- Uma jovem de 16 anos, residente do bairro Ferraria, na cidade de Campo Largo, município pertencente à Região Metropolitana de Curitiba – RMC -, estava andando a caminho do centro de eventos, pois iria visitar a feira. A imagem que representa o parque para ela é a do rio.
- Uma garota de 16 anos frequenta o parque para passear, a imagem que representa o parque é o lago.
- Uma garota que mora no bairro Vila Izabel de 17 anos, frequentadora a passeio, a imagem que lhe remete ao parque são os bares.

Os adolescentes também trouxeram a imagem do rio, e além dele, surgiram os bares que ficam instalados no local, duas estavam lá a passeio e uma para utilizar o centro de eventos, para visita à feira que trazia exposição de roupas, caracterizando usos pertinentes apenas a este parque no rol de atividades oferecidas pelos parques curitibanos.

Dados do terceiro grupo:

- Um homem de 26 anos, que reside no bairro Mossunguê, vai ao parque por lazer. O lago representa bem o parque.
- Uma mulher de 26 anos reside no bairro Batel, vai ao parque para praticar esporte, o verde é a imagem que lhe vem à cabeça como representação do parque.

Na faixa etária jovem, ambos moradores de bairros nobres da cidade, temos a visita ao parque por lazer e por um desdobramento dele, o esporte. Para o homem, a imagem é o lago, e para a mulher, uma cor, o verde, lhe vem à cabeça quando se fala em parque Barigui.

Dados do quarto grupo:

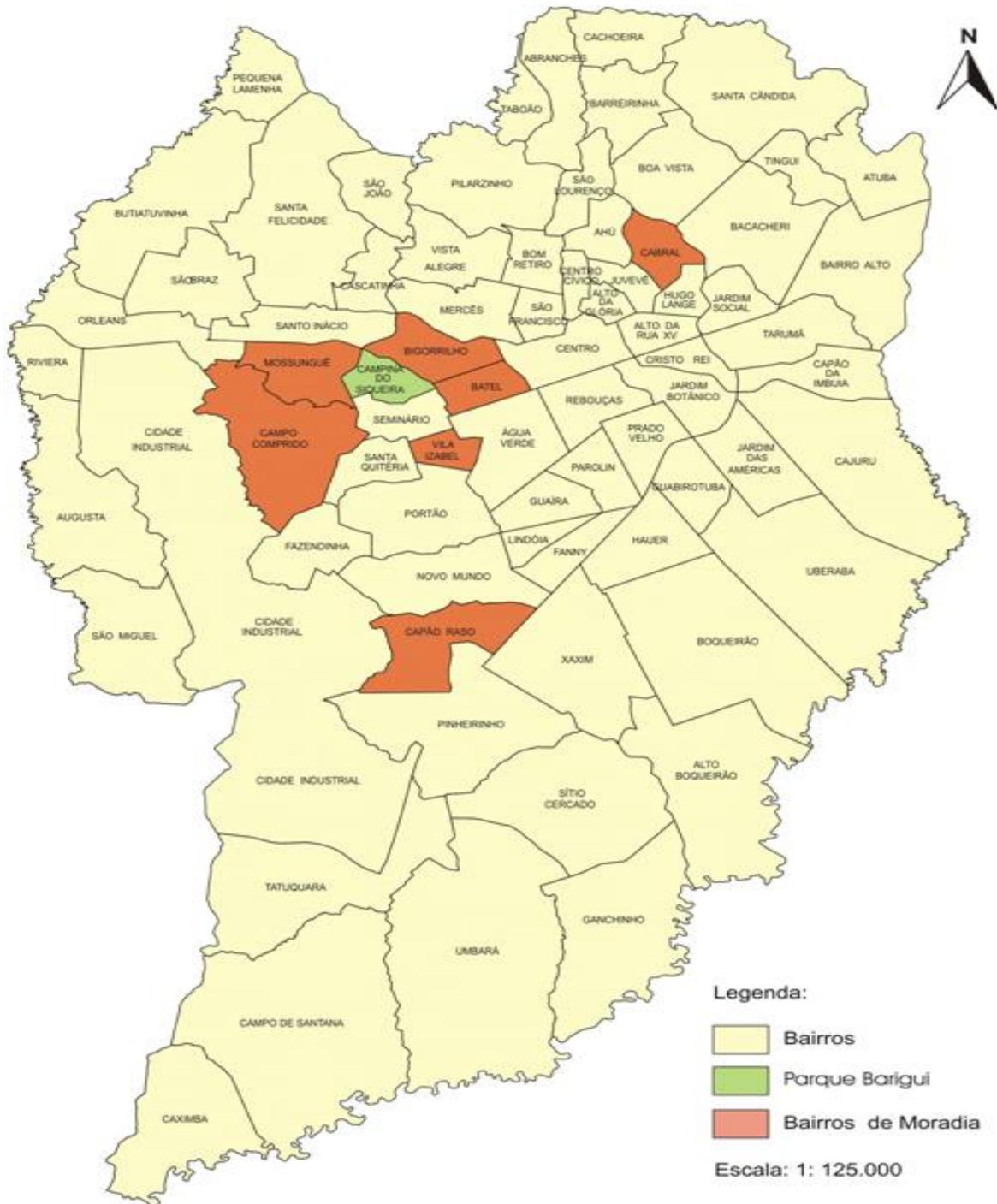
- Um homem de 37 anos, morador do bairro Champagnat, vai ao parque a passeio, a imagem que lhe representa o parque é o lago, resposta pronta e objetiva.
- Um homem de 37 anos reside no bairro Bigorrião, foi ao local a passeio, e a imagem da natureza representa bem o parque.
- Um homem de 42 anos, mora no Cabral, foi ao parque com o objetivo de “matar tempo”. Para este frequentador, a imagem do lago representa bem o parque Barigui.

Nesta faixa etária, o homem que se intitulou morador do Champagnat, cujo nome oficial é Bigorriho e o outro que citou o nome referido, frequentam o parque a passeio. Para os três a natureza é a representação que lhes remete ao lugar, porém, mais especificamente o lago para dois deles.

Pode-se observar que para a maior parte dos entrevistados possuem a imagem do parque ligada, sobretudo, ao rio (lago), principalmente para os adultos. Para as crianças, o que mais chama atenção são os brinquedos e os animais. Deduz-se, portanto, que a troca existente entre as pessoas, outras pessoas e a natureza local são de forte representação no imaginário dos cidadãos, que por isso procuram o parque e passam nele parte de seu dia, usufruindo de benefícios não oferecidos em outros elementos urbanos, ainda que o deslocamento até tal local demande tempo e distância, como mostra o mapa 1.

A representatividade do parque para os transeuntes, supõe perceber a inter-relação entre os elementos que compõem a paisagem do local com a sua identidade enquanto cidadãos que vivenciam, transformam e participam da construção destas paisagens. Em suma, estes resultados a partir de um estudo de caso na perspectiva da percepção ambiental, no campo da Geografia, demonstram de maneira geral, a necessidade de nos atermos às respostas que envolveram os valores afetivos dos usuários com seu mundo, tendo como objetivo discutir a forma como a população se vê e se identifica com os parques municipais.

Mapa 01: Bairros de moradia dos entrevistados



Fonte: Autor, modificado de IPPUC, 2005.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se depreender através desta pesquisa, a importância dos estudos de percepção para o entendimento do uso e compreensão dos usuários de parques urbanos acerca dos mesmos.

A busca e resgate de valores que anteriormente estavam ligados à relação homem natureza são encontrados atualmente na paisagem urbana, na forma de parques e em outras maneiras que o homem moderno encontrou de estar em contato com o meio natural.

Conclui-se, portanto que a imagem que um parque deve transmitir aos seus usuários é a do resgate ao verde, da relação intrínseca que deve haver entre homem e natureza, sendo que a constatação disto através dos estudos de percepção geográfica é de grande valor.

Vê-se através deste artigo que o parque Barigui atende a demanda de seus usuários e corresponde a busca o cidadão curitibano por lazer, relaxamento e contato com a natureza. Demonstra-se que além dos atrativos naturais, o Barigui oferece uma gama de atrativos não encontrados em outras áreas verdes da cidade, cabendo ao cidadão curitibano buscar melhorar as demais áreas verdes da cidade, procurando manter a qualidade ambiental do município e compreendendo cada vez mais que homem e natureza não devem ser vistos como antítese, mas como atores de um mesmo processo.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, I.S; LAGE, C.S. **Ações de planejamento na península de Itapagipe – Salvador/BA: uma análise através da Geografia da Percepção.** Disponível em www.lead.uerj.br/VICBG-2004/Eixo4/E4_067.htm acesso em 28 de abril, 2006.

ANDRADE, R.V. **A produção dos parques e bosques públicos na cidade de Curitiba/PR.** Dissertação (Mestrado em Geografia) - UFPR, Curitiba, 2001.

AMARAL, W. **Uma imagem de Curitiba/PR a partir do “olhar” dos carrinheiros.** Dissertação (Mestrado em Geografia), UFPR, Curitiba, 2001.

BENTLEY, I. Entornos Vitales. **Hacia un diseño urbano y arquitetônico más humano: manual práctico.** Barcelona: Gustavo Gili, 1999.

CURITIBA. Fotos. Disponível em www.curitiba-parana.com acesso em 08 de agosto de 2006.

DOBROWOLNY, M. B. **Ambiente objetivo e ambiente subjetivo: para uma abordagem ecológica.** Sinopses, n. 8, dez. FAU, Edusp, São Paulo, 1985.

FIORI, S.; SANTIAGO, A.G.; ROMANINI, A.; MELO, E.F.R.Q. **A arborização urbana como meio de inclusão social.** Disponível em <http://143.107.16.5/deprojeto/gdpa/enepea/3/032.pdf> acesso em 21 de março de 2006.

HENRIQUE, W. **A natureza na cidade**. In: Revista Território e Cidadania, ano III, número 2, julho-dezembro 2003, Rio Claro.

HOUGH, M. **Naturaleza y ciudad: planificación y procesos ecológicos**. Barcelona, Gustavo Gili, 1998.

IPPUC. **Mapas temáticos**. Disponível em <http://www.ippuc.org.br>. Acesso em: 08 de agosto de 2006

_____. **Memória da Curitiba Urbana**. Curitiba, jan. 1992 v. 8.

JACOBI, C. M. **Bases ecológicas para o desenvolvimento sustentável: Ecologia Urbana**. ICB, UFMG. Belo Horizonte, 2004. Disponível em: www.icb.ufmg.br/~beds/arquivos/ecourbana.pdf acesso em 02 de junho de 2005

KOZEL, S. **Das imagens às linguagens do geográfico: Curitiba a capital ecológica**. Tese (Doutorado em Geografia Física) USP, São Paulo, 2001.

LYNCH, Kevin. **A Imagem da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes Editora Ltda., 1980.

MENDONÇA, F. **Geografia Socioambiental**. Revista Terra Livre, n.16, p. 139 – 158. São Paulo, 1º Semestre de 2001.

MOURA, R.M. **Os riscos da cidade-modelo**. In: A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Org. Henri Acselrad. Editora DP & A. Rio de Janeiro, 2001.

NUCCI, J.C. et al. **Conservação da natureza no município de Curitiba/PR**. Revista GEOUERJ, Rio de Janeiro, 2003.

OLIVEIRA, M. **A trajetória do discurso ambiental em Curitiba (1960 – 2000)**. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782001000100007&script=sci_arttext acesso em 08 de agosto de 2006.

SANTOS, N.R.Z. dos. **Verde urbano e as administrações públicas no século XXI**. In: Boletim Informativo da SBAU, ano X, nº 2, Porto Alegre, 2002.

SIRKIS, A. **O desafio ecológico das cidades**. In: Meio Ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento. Coordenação de André Trigueiro. Editora Sextante: Rio de Janeiro, 2003.

SOUZA, C. L. **Cognição Ambiental e as Relações: Mapas Cognitivos, Ambiente Construído & APO**. Instituto de Psicologia / Universidade de Brasília. Laboratório de Psicologia Ambiental. 1995, v. 4, n. 8, p. 1–11.

TUAN, Y.F. Topofília. **Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. DIFEC. São Paulo, 1976.

_____. **Espaço e Lugar- A Perspectiva da Experiência.** São Paulo: DIFEL, 1983.

Artigo submetido em: 17/07/2012

Aceito para publicação em: 12/09/2012

Publicado em: 21/11/2012